

## Apresentação

Nos anos 1980, a democratização da gestão escolar e a participação dos usuários ocuparam relevante espaço no debate educacional, assim como na produção de pesquisas na área. Explica-se tal preocupação pelo processo de redemocratização vivenciado no país e pelas expectativas depositadas no papel a ser assumido pela escola pública na construção de uma sociedade democrática.

Nos anos 1990, a ascensão de projetos de natureza conservadora em diferentes esferas das políticas públicas trouxe para o campo educacional, sobretudo no que diz respeito à escola pública, novas configurações para os temas participação e democratização. Apropriando-se de parte do discurso progressista dos movimentos sociais, tais políticas e discursos concorreram para a descaracterização da temática. Experimentamos, por conseqüência, certo desgaste, no âmbito das práticas sociais, de expressões como gestão democrática e participação da comunidade.

Enfrentando essas dificuldades, os artigos aqui apresentados agregam-se a partir do tema *Organização Escolar na Educação Básica e Participação*. As reflexões dos autores derivam de pesquisas realizadas nos últimos anos em diferentes níveis e modalidades da Educação Básica, com vistas a examinar as possibilidades de democratização da escola pública.

São textos ocupados em investigar a participação na escola pública e nas políticas que visam ao atendimento de demandas específicas, como por exemplo, a Educação de Jovens e Adultos.

O primeiro artigo, intitulado *Gestão Democrática e participação familiar no âmbito da Educação Infantil*, de Bianca Cristina Correa, lança luz sobre um tema pouco pesquisado: as relações entre família e escola na educação infantil, tendo em vista a gestão democrática e a qualidade do processo educativo no âmbito da pré-escola. A autora detecta que para além da existência de meios institucionalizados que possam promover uma

gestão mais democrática, tais como o Conselho de Escola, a efetiva participação da comunidade escolar requer outros investimentos, dentre os principais, destaca-se o investimento em uma formação coletiva que aborde a complexidade das relações entre escola e família E, desse modo, seja capaz de contribuir em reflexões mais amplas por parte dos profissionais da escola.

No segundo texto, *O Aumento de Camadas Médias em uma Escola Pública: melhoria ou exclusão*, Débora Cristina Piotto, a partir de pesquisa realizada em uma escola pública de ensino fundamental, examina a complexa relação entre famílias de classe média e escola pública, refletindo sobre os mecanismos de apropriação do espaço público por parte de usuários que, inicialmente, têm uma visão estereotipada da escola pública. A autora desvela relações tensas e de aprendizado sobre participação, vivenciadas por profissionais e usuários. As dificuldades são inúmeras, sobretudo no que diz respeito ao convívio entre egressos de escolas particulares e alunos provenientes das camadas populares. A participação no órgão colegiado explicita um dos grandes desafios para a escola pública: a convivência com a diversidade e a defesa de um projeto pedagógico não excludente.

O artigo, *A organização do trabalho na escola e a participação dos educandos*, de Teise de Oliveira Guaranha Garcia, discute a importância da participação dos estudantes na organização do projeto pedagógico da escola. Refletindo a partir de dados coletados em uma escola da rede estadual paulista que atende alunos nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio, a autora estabelece relações entre democratização da gestão escolar e o atendimento de demandas dos usuários como aspecto positivo na organização curricular, uma vez que a participação possibilita a profissionais e estudantes a construção de um projeto empenhado em superar estruturas centralizadoras e hierárquicas que em nada facilitam na socialização dos conhecimentos.

O trabalho coletivo e a organização do projeto pedagógico são objetos de reflexão do artigo de autoria de Elaine Sampaio Araujo. Sob o título *O Projeto Pedagógico como (Des)Encadeador do Trabalho Coletivo na Escola*, o texto, a partir da perspectiva histórico-cultural, procura demonstrar que projetos pedagógicos compreendidos como *atividade* dão legitimidade à participação, contribuindo para que o trabalho pedagógico instaure-se sob uma nova ordem teórico-metodológica que privilegia a ação coletiva e o fortalecimento de sujeitos históricos.

O último artigo, *Governos Locais e Políticas Públicas de Educação e Escolarização de Jovens e Adultos*, elaborado por Elmir de Almeida, Marilena Nakano e Marli Ancassuerd analisa a implementação de políticas municipais de educação e escolarização de jovens e adultos, no período entre 1987-2003. Os autores identificam a existência de duas gerações de políticas com ancoragens diferenciadas: o Estado provedor e a participação social. Neste percurso são discutidas as conseqüências de tais políticas para a organização escolar e para a ampliação da participação na esfera pública.